

Acórdão: 15.339/01/1.^a
Impugnação: 40.010102805-02
Impugnante: Objeto Com. Serviços e Repres. Ltda.
Proc. Suj. Passivo: José Antônio de Almeida/Outros
PTA/AI: 01.000137116-93
Insc. Estadual: 578.615178.3755
Origem: AF/Santa Luzia
Rito: Sumário

EMENTA

ICMS – ESCRITURAÇÃO/APURAÇÃO INCORRETA. Constatação de divergência entre os valores declarados no DAPI e aqueles lançados no livro Registro de Apuração do ICMS, ensejando a aplicação da multa isolada prevista no art. 54, IX, da Lei 6763/75. Infração caracterizada. Exigência fiscal mantida. Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

conforme AI de fl. 25, versa a presente autuação a constatação, de que o contribuinte autuado consignou no DAPI valores divergentes dos escriturados no livro Registro de Apuração do ICMS.

Inconformada com as exigências fiscais, a Autuada impugna tempestivamente o Auto de Infração (fls. 30/34), por intermédio de procurador regularmente constituído, requerendo, ao final, a procedência da Impugnação.

O Fisco apresenta sua manifestação às fls. 41/42, refutando as alegações da defesa, requerendo a improcedência da Impugnação.

DECISÃO

Conforme acima relatado, versa a presente autuação sobre a constatação de que o contribuinte autuado consignou em DAPI valores divergentes daqueles lançados no livro Registro de Apuração do ICMS.

Face a tal constatação, o Fisco está a exigir, exclusivamente, a multa isolada prevista no art. 54, IX, da Lei 6763/75, abaixo transcrito, não havendo nos autos quaisquer esclarecimentos sobre a não exigência do ICMS não recolhido.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 54 - As multas para as quais se adotará o critério a que se refere o inciso I do artigo 53 serão as seguintes:

(...)

IX - por consignar, em documento destinado a informar ao Fisco a apuração do imposto, valores divergentes de crédito, de débito ou de saldo dos escriturados no Livro de Registro de Apuração do ICMS - RAICMS -, ressalvada a hipótese em que o imposto tenha sido integralmente recolhido: 50% (cinquenta por cento) do imposto não declarado;"

A Autuada, num primeiro momento, alega que “o Fisco para efeito de arbitramento de ICMS e multas, só pode ter partido de fatos indiciários e ou comparativos”, além de considerar que o feito fiscal baseia-se em mera presunção.

Para melhor visualização da matéria, elabora-se a planilha abaixo, contendo o resumo da exigência fiscal:

| Período | Saldo – DAPI | Saldo - RAICMS | Diferença Apurada | M.I. 50 % |
|----------------|---------------------|-----------------------|--------------------------|----------------------|
| Janeiro/99 | 1.890,19 | 3.734,21 | 1.844,02 | 922,01 |
| Fevereiro/99 | 1.970,31 | 3.281,03 | 1.310,72 | 655,36 |
| Abril/99 | 1.378,75 | 3.094,81 | 1.716,06 | 858,03 |
| Mai/99 | 1.940,31 | 5.579,71 | 3.639,40 | 1.819,70 |
| Junho/99 | 1.675,74 | 5.129,69 | 3.453,95 | 1.726,97 |
| Total | | | 11.964,15 | 5.982,07 |

Os saldos apontados acima são todos de natureza “devedora”.

A multa isolada exigida pelo Fisco possui o mesmo valor acima apontado, à exceção dos centavos, conforme DCMM de fl. 27.

Vê-se, portanto, que as diferenças foram apuradas pelo Fisco através do confronto entre os valores declarados pelo próprio contribuinte nos DAPI's entregues à Repartição Fiscal e aqueles constantes do livro Registro de Apuração do ICMS, não havendo qualquer arbitramento, sendo irrefutável que não há qualquer tipo de presunção fiscal.

A penalidade aplicada, está em perfeita consonância com a tipificação contida no art. 54, IX, da Lei 6763/75, acima transcrito.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Noutro enfoque, a Impugnante invoca a Lei Falimentar contra a aplicação de qualquer penalidade pecuniária administrativa à massa falida, transcrevendo decisões da Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e São Paulo.

Vale ressaltar, entretanto, que nos termos dos artigos 186 e 187, do CTN, o crédito tributário prefere a qualquer outro, à exceção daqueles decorrentes da legislação do trabalho, não sendo sua cobrança sujeita à habilitação em falência.

“Art. 186 - O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.”

“Art. 187 - A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.”

Além disto, a falência da empresa autuada não constitui hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário contra ela lançado, nos termos do art. 151, do mesmo diploma legal.

Ainda que as decisões judiciais venham a amparar a Impugnante, tal fato somente ocorrerá na fase de execução, posteriormente à decisão irrecorrível sobre a matéria na esfera administrativa.

Além disto, o art. 88, I, da CLTA/MG, disciplina que não se incluem na competência deste órgão a declaração de inconstitucionalidade ou negativa de aplicação de lei, decreto ou ato normativo.

Os demais argumentos apresentados pela Impugnante não são suficientes para descaracterizar as infrações.

Diante do exposto, ACORDA a 1.^a Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar procedente o Lançamento, mantendo-se as exigências fiscais. Assistiu ao julgamento o síndico da massa falida, Dr. José Antônio de Almeida. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Mauro Heleno Galvão e Luciana Mundim da Mattos Paixão.

Sala das Sessões, 08/11/01.

Francisco Maurício Barbosa Simões
Presidente

José Eymard Costa
Relator

JAL/